



# Sindjus

Filiado à CUT/FENAJUFE

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário  
e do Ministério Público da União no DF

Impresso  
Especial

1000014810-DR/BSB  
Sindjus-DF

/// CORREIOS ///

Ano XVII - nº 57  
Abril de 2009

## Em defesa da infância

*Sindjus se alia a promotores e conselheiros  
na campanha para aumentar o número de  
Conselhos Tutelares no DF e oferecer apoio a  
crianças e adolescentes carentes*

quem tem de ser  
**especial**  
é VOCÊ  
não o seu cheque

A reunião mundial dos países passou e no rastro aquela velha arapuca dos “analistas”: projetam sem base, depois simulam “surpresa” com a própria incompetência. Entre truques originais e jogadas mais sinceras (caiu a ficha e o fichário do ou dão ou descem). Mas o que causou frenesi no G20 foi a pompa do metalúrgico presidente sentar ao lado da rainha, as perfumarias sobre se a cobiça tem olho azul ou se lente de contato torna azul qualquer canalha e, aí,



baixou o “orgasmo culpado” da mídia brazuca sempre hostil ao carisma do presidente: a informalidade de Obama com o “cara”. Lula esbanja charme e sagacidade em qualquer papo e lançamento, mas as coberturas sempre “higienizam” as sacadas do presidente com a argumentação de que “não estão nem aí para construir imagem, mas só der o que for notícia”. Tudo bem se existisse “jornalismo isento”, mesmo! Porém os saques de raciocínio e o carisma do papo é parte integral da cultura e pessoa de Lula. Concordem ou discordem com o que esteja ele falando. Enfim, como bons colonizados foi preciso a foto central e um afago “gente boa”, de fora, para reconhecerem. E não resumiram o principal avanço das reivindicações das pessoas comuns aos poderosos: não desenvolvimento pleno, sem desenvolvimento humano. Ou o “put people first” do gente fina Obama. Ou eles pisam no freio do colapso em que nos meteram, ou explodem juntos. Façamos nossa parte. Temos um cara, eles a coroa.

**TT CATALÃO**



USHA VELASCO

AO LEITOR

# Os 49 anos de Brasília



**Roberto Policarpo**  
Coordenador-geral  
do Sindjus

Quero convidá-lo, leitor, a refletir, neste espaço, sobre os 49 anos de Brasília, a cidade que ficou conhecida como habitat dos servidores públicos. O funcionalismo público deu a Brasília uma identidade moderna, politizada e sinônimo de qualidade de vida. No entanto, a época em que se levava menos de dez minutos de casa ao trabalho, em que as crianças brincavam livres nos gramados das superquadras e em que a

saúde e a educação eram tidas como referência nacional acabou. Brasília chega aos 49 anos com muitos problemas e descaracterizada do papel de cidade dos servidores.

Os servidores da esfera federal sofrem com os problemas cotidianos de qualquer cidade grande, como congestionamentos, violência, má qualidade nas escolas e nos hospitais. Brasília foi planejada para ser diferente; no entanto, antes mesmo de completar cinquenta anos já foi transformada, por conta da maioria das administrações, em uma cidade caótica. E tudo isso porque os servidores que aju-

daram a construir Brasília foram deixados de lado.

Como presente de 49 anos, o governador aprovou um projeto, o PL 1188/09, que impõe um arrocho salarial indeterminado aos servidores do GDF. De professores a funcionários dos hospitais públicos, ninguém receberá um centavo de aumento nos próximos anos. No entanto, vários projetos faraônicos, que consistem numa grande maquiagem do Plano Piloto para as comemorações do cinquentenário, estão em andamento. Contra esse clima de oba-oba, defendo que Brasília não seja somente a capital dos monumentos, mas a capital do servidor público, que move a economia, que interfere na política, que estimula a cultura, que tem potencial de sobra para transformar a sociedade.

Ao congelar o salário dos trabalhadores, o GDF agrava ainda mais o caos nos hospitais, na educação, na segurança pública. Investir no funcionalismo público é investir na justiça e na cidadania. E, ao contrário do que se diz, há recursos. O que está em falta é vontade política para dar ao servidor público o que lhe é de direito, que é a inclusão no projeto da Brasília do futuro.

**“Ao congelar salários, o GDF agrava o caos nos hospitais, na educação, na segurança. Investir no funcionalismo é investir na justiça e na cidadania. E, ao contrário do que se diz, há recursos. O que está em falta é vontade política para dar ao servidor público o que lhe é de direito, que é a inclusão no projeto da Brasília do futuro.”**

## Orçamento

Quem controla o orçamento do Judiciário deveria ter o bom senso de investir em pessoas e não em concreto armado e vidros espelhados. A lógica de investimento está errada, porque Justiça não é feita com arquitetura, mas com profissionais capacitados. Ao menos a Justiça que a sociedade necessita.

**Edson Braga – TJDF**

## Escândalo

Parabenizo o Sindjus por ter denunciado, em matéria de capa, o escândalo do custo da Justiça no Distrito Federal, que supera em quatro vezes a média nacional. Se a Constituição garante o direito à Justiça a todos, por que esse direito tem que ser mais caro na capital da República? Pelo visto o discurso de crise e de arrocho só se aplica aos servidores.

**Marcos César - MPDFT**

## Questões sociais

Tinha notado que a atuação do Sindjus estava se amplificando. No começo, achava que o sindicato deveria cuidar só das lutas dos filiados. Depois fui entender quanta legitimidade e força acumula um sindicato que se envolve em questões sociais, como é o caso do Sindjus.

**Márcia Helena – STJ**

## Plano de Carreira

Estou ansiosa para que esse anteprojeto do Plano de Carreira seja enviado ao Congresso Nacional. Pelo que o Sindjus vem divulgando haverá muitos avanços. Só teremos a ganhar com a criação da Escola de Formação, o aprimoramento do Adicional de Qualificação e o destaque para a área de tecnologia de informação. Isso sem falar no reajuste salarial.

**Ana Conceição – STF**

## Fotografias

Queria destacar algumas fotos da Revista Sindjus. Na edição passada, fotos e matérias casaram muito bem nas páginas que falaram sobre o custo da Justiça, ilustradas por prédios faraônicos, e também nas que trataram da diversidade cultural de Brasília. Aquela baiana parece que vai pular da página. Fiquei com água na boca diante daquela panela.

**Fábio Santos – TRF**

## Machismo

Até quando as mulheres serão violadas em seus direitos elementares? O direito à segurança, o direito à liberdade, o direito à felicidade, o direito ao respeito, enfim, o direito à vida. Quinhentos e tantos anos de descobrimento depois, as raízes do machismo ainda se alastram pelo Brasil. Infelizmente.

**Inês Oliveira – TST**

## Acordo ortográfico

Fiquei surpreso em ler a última edição da Revista e constatar que, ainda, o nosso sindicato não aderiu ao novo acordo ortográfico da língua portuguesa que passou a vigorar desde janeiro deste ano. Verifiquei, também, que algumas reportagens e matérias do nosso site, não estão de acordo com a nova ortografia. Sabemos que temos bastante tempo para nos adaptar, mas para quê esperar? O nosso sindicato deve dar o exemplo: a língua portuguesa também é cidadania, vamos exercitá-la. "Nossa língua é nossa pátria".

**Moisés Lima Mascarenhas –TSE**

## Agradecimento

Não sou filiado ao Sindjus. Aliás, não sou nem servidor do Poder Judiciário nem do MPU. Sou professor da rede pública. Professor de geografia do ensino fundamental. No entanto, ocupo esse espaço, ao lado dos servidores da Justiça, para agradecer ao Sindjus pelo apoio e pelo reconhecimento em nossa luta. Trago aqui, nesse depoimento, o abraço de muitos colegas. Podem se orgulhar, filiados do Sindjus, pois o seu sindicato plantou sementes importantes para a colheita vindoura. Quando todos os trabalhadores compreenderem a importância da educação poderemos viver verdadeiramente a democracia, a cidadania, a justiça.

**Milton Sampaio – Taguatinga**

**PARTICIPE!**  
Envie seus comentários ou sugestões de pauta para [cartas@sindjusdf.org.br](mailto:cartas@sindjusdf.org.br)



CAPA: FOTO DE ARTHUR MONTEIRO

## Revista do Sindjus

### Coordenação editorial

TT Catalão - Reg. Prof. 685-DF

### Edição

Usha Velasco

### Reportagem e redação

Daniel Campos

Fábio Góis

Fabiola Góis

Thais Assunção

### Revisão

Patcha Comunicação

### Projeto gráfico e arte

Usha Velasco

### Tiragem

12.000 exemplares

## Sindjus

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do MPU no DF

**SDS, Ed. Venâncio V, Bl. R, s. 108 a 114**

**CEP 70393-900 - Brasília-DF**

**PABX (61) 3212-2613**

**www.sindjusdf.org.br**

### Coordenadores-gerais

Ana Paula Barbosa Cusinato

Berilo José Leão Neto

Roberto Policarpo Fagundes

### Coordenadores de Administração e Finanças

Cledo de Oliveira Vieira

Jailton Manguiera Assis

Raimundo Nonato da Silva

### Coordenadores de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas

E José Oliveira Silva

Marília Guedes de Albuquerque

Newton José Cunha Brum

### Coordenação de Formação e Relações Sindicais

José Joventino Pereira de Sousa

Antônio José Oliveira Silva

Eliane do Socorro Alves da Silva

### Coordenadores de Comunicação, Cultura e Lazer

Sheila Tinoco Oliveira Fonseca

Maria Angélica Portela

Valdir Nunes Ferreira

# Uma nova Justiça?

Uma pesquisa nacional realizada pelo Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas, por encomenda da Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, trouxe como resultado que 80% dos brasileiros consideram valer a pena procurar os tribunais e que 53% encontram satisfação com a atuação do Judiciário.

A pesquisa revela ainda um conceito positivo sobre a magistratura (39% a consideram ótima ou boa) e a percepção de que tem havido mudança na Justiça (44% consideram que ela melhorou nos últimos cinco anos).

**Em editorial inspirado** nesses resultados (Opinião, 7/4/09, p. A2, *Uma Nova Justiça*), a Folha de São Paulo, ainda que contrapondo a esses resultados positivos aspectos críticos identificados na pesquisa em relação ao Judiciário (lento 88%, caro 78%, enviesado 69% e influenciável 63%), conclui que “a imagem da Justiça progride, o que é ótimo. Mas a melhora só vai continuar se o Judiciário for capaz de cumprir seu papel com mais celeridade.”

Em comentário anterior sobre a pesquisa, no mesmo jornal (Tendências e Debates, *Menos Poder e Mais Serviço*, 5/4/09, Opinião, p. A3), Joaquim Falcão, membro do Conselho Nacional de Justiça e também diretor da Faculdade de Direito, responsável pela encomenda da sondagem, apoia aquela conclusão, com uma nota mais funcional: “Fica claro. Para a população, a legitimidade da Justiça não advém apenas de sua realidade como poder político. Advém, também,

de sua agilidade e eficiência como prestadora de serviço público essencial, gênero de primeira necessidade.”

**As conclusões oferecidas** nos dois textos citados são relevantes, mas não dão conta de um aspecto importante identificado em trabalho realizado pelas faculdades de Direito da UnB e da UFRJ (*Projeto Dossiê Justiça: uma proposta de observação da relação entre Constituição e Democracia no Brasil*, Ministério da Justiça/Secretaria de Assuntos Legislativos e Secretaria da Reforma do Judiciário/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento): a necessidade de uma concepção alargada de acesso à Justiça.

O sistema judicial, com efeito, tende a se consolidar num fechamento democrático, na medida em que o seu conceito de acesso mina possibilidades de participação popular na interpretação de direitos e esgota a porosidade entre ordenamentos jurídicos hegemônicos e contra-hegemônicos, constituídos e instituídos pela prática dos movimentos sociais.

**Há, portanto, um nível restrito** de acesso à justiça, que se reafirma no sistema judicial. Porém, é necessário um nível mais amplo do mesmo conceito que pressupõe espaços de sociabilidades que se localizam fora ou na fronteira do sistema de Justiça. Contudo, ambos os níveis se referem a uma mesma sociedade, na qual se pretende o exercício constante da democracia para a realização da Justiça material e não apenas formal.



ARTHUR MONTEIRO

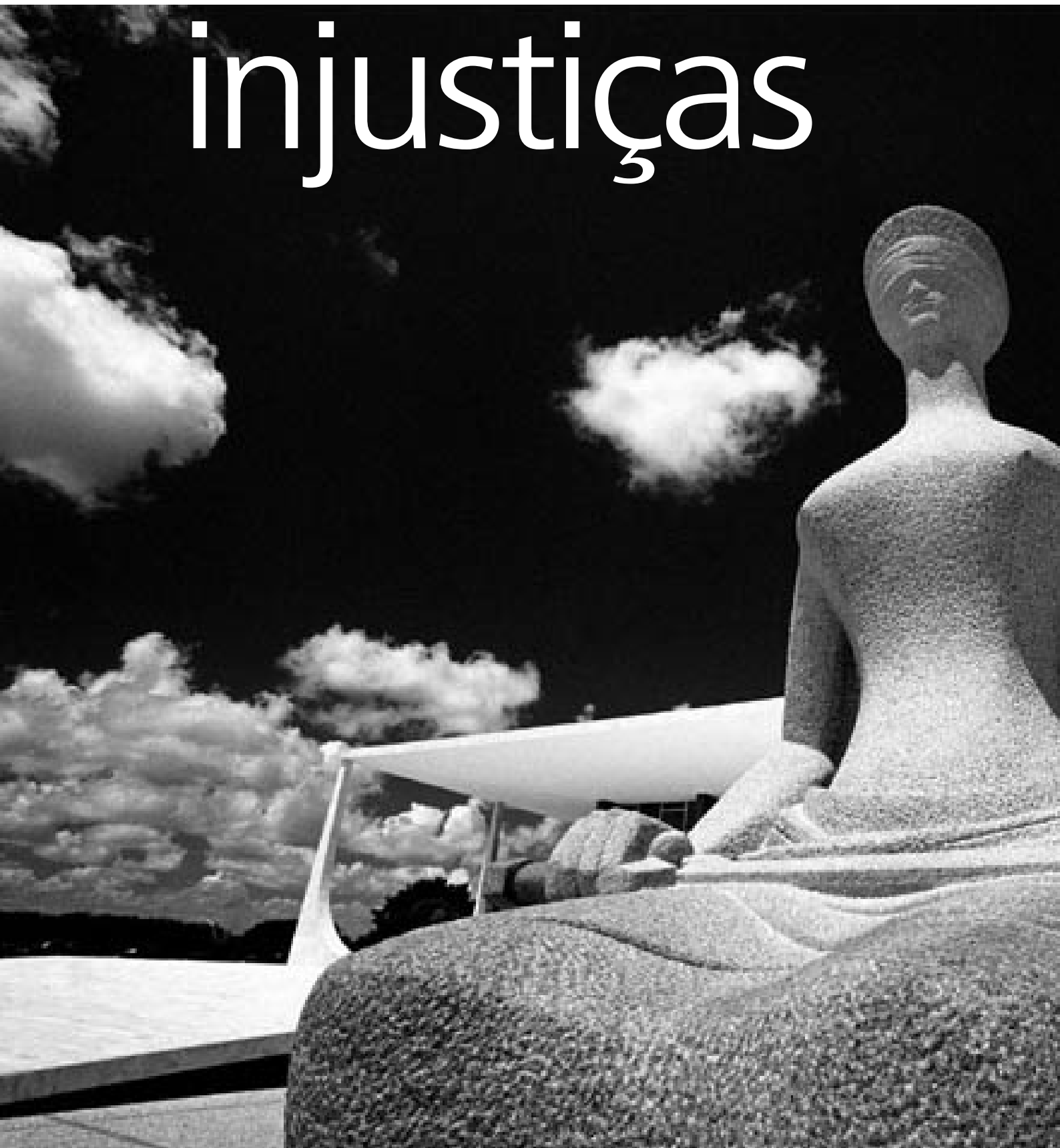
**José Geraldo de Souza Júnior**

Reitor da Universidade de Brasília, professor da Faculdade de Direito e coordenador do projeto *O Direito Achado na Rua*

**“Há um nível restrito de acesso à Justiça. É necessário um nível mais amplo do mesmo conceito. Contudo, ambos os níveis se referem a uma mesma sociedade, na qual se pretende o exercício constante da democracia para a realização da Justiça material e não apenas formal.”**

O pró-labore de José Geraldo para este artigo é doado mensalmente à campanha de voluntariado *Eu Dôo Talento* (veja em [www.sindjusdf.org.br](http://www.sindjusdf.org.br))

# A Justiça e as injustiças



*Decisão do STF abre caminho para amenizar punição a pequenos furtos: prisão e inquérito podem ser substituídos por pena alternativa*

**Daniel Campos**

Com o entendimento de que furtos de pequeno valor não devem ser considerados crimes que levem à prisão, o Supremo Tribunal Federal dá um passo importante no processo de humanização da Justiça. E que essa decisão não seja vista superficialmente como a liberação de uma tipificação de crime, mas que seja compreendida como um avanço no tocante à diferenciação de delitos. Afinal, a partir de agora, há uma sinalização para que a Justiça diferencie e considere as motivações distintas de quem rouba um pedaço de pão de quem opera gestão fraudulenta, lavagem de dinheiro, evasão de divisas, formação de quadrilha e desvio de recursos públicos.

Embora tenha provocado estardalhaço na mídia, essa decisão não é um tiro no escuro; ao contrário, rechaça entendimentos passados, como em casos concretos de roubos de pacote de açúcar, cadeado, xampu, catuaba, alicate, violão. A aplicação do chamado princípio da insignificância deu-se em 14 casos julgados em 2008 pela mais alta corte brasileira. Conscientes da realidade, os ministros se sensibilizaram diante dos delitos promovidos pela extrema carência material. A ação do furto continua sendo criminosa na questão do mérito, mas quem comete crime de bagatela não vai mais, a princípio, para detrás das grades.

O delito de bagatela, que ganhou dimensão mundial nas grandes guerras, em virtude das circunstâncias socioeconômicas que ocasionaram muitos furtos de pequena relevância, é a denominação clássica que abrange os princípios da insignificância e da irrelevância penal do fato.

Para o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Luiz Couto, a prática do crime de bagatela denuncia o nível de pobreza a que está submetida parte da sociedade. "É preciso investir em políticas públicas para que não se chegue aos pequenos furtos, já que a maioria comete esse tipo de delito para matar a fome ou assegurar alguma pequena coisa para a família, como é o caso de um vidro de xampu", comentou.



PATRICK GROSNER

## Contexto social deve ser levado em conta

Embora não seja lei, essa decisão do Supremo Tribunal Federal pode ser uma sinalização aos demais tribunais no sentido que observem o lado social que está contido no contexto jurídico. Será esse entendimento um avanço para a questão da humanização da

Justiça, tão em foco hoje?

Josefina Serra, ex-doméstica que depois de muita luta virou advogada e hoje atende gratuitamente em seu escritório integrantes do MST, catadores de lixo da Estrutural, necessitados de Samambaia, da QNR de Ceilândia, de Águas Lindas e de outras regiões carentes do Distrito Federal e Entorno, aborda essa questão de forma provocadora e enfática: "Um Judiciário que não é digno não pode fazer uma justiça digna. Os juízes da primeira instância não estão preparados para fazer essa análise social. Ao menos, é isso que se vê no dia a dia. Por

mais contraditório que possa parecer, eles são muito mais insensíveis e fechados do que um membro do STF. Na maioria das vezes, quem é pobre só consegue ganhar uma causa nas instâncias superiores. O problema é que eles, os pobres, não têm dinheiro e tempo para levar seus processos até o fim. A maioria fica mesmo na primeira instância, onde são derrotados. Portanto, para que esse entendimento beneficie o combate à desigualdade, é necessário investir na formação em Direitos Humanos dos magistrados da primeira instância. Só assim a Justiça poderá se humanizar".

Para cumprir o entendimento do Supremo, Josefina afirma que o magistrado deve conhecer o que vem a ser um objeto de valor insignificante, verificar se a condição econômica da vítima influencia essas situações, se houve efetivo prejuízo para a vítima



Josefina: magistrados precisam ter mais sensibilidade

YALCI ROSA

## Contra a impunidade

Embora a decisão cause discussões, para Luiz Couto o motivo de preocupação deve ser outro entendimento do STF: o de que a pessoa que cometeu um crime não pode ser presa enquanto recorre em outras instâncias. Só depois de julgada e condenada ela poderá ser presa. "Isso favorece a impunidade, já que o país conta com uma boa banca de advogados mestres em medidas capazes de postergar julgamentos. Quando sai a sentença, o crime já prescreveu."

Segundo o deputado, o Supremo tem que dedicar sua atenção aos grandes crimes e criminosos, promovendo realmente uma diferenciação penal entre esses e os pequenos infratores: "Se o STF entende que o furto de pequeno valor não é crime para prisão, que seja aplicada uma pena alternativa, socioeducativa, de modo que esse entendimento não incentive uma onda de pequenos furtos. É necessário que a Polícia Judiciária investigue grandes crimes, como lavagem de dinheiro, narcotráfico, evasão de divisão, crimes que trazem grandes prejuízos à sociedade. Crimes tais como desvio de dinheiro público devem ter punição mais dura".



Luiz Couto: desvio de dinheiro público precisa ter punição dura

ARQUIVO PESSOAL



e como fica a conduta criminosa nesse contexto. Ou seja, é necessária uma análise socioeconômica de cada caso, para que ninguém tire vantagem dessa decisão apenas por ter uma condição financeira superior.

“Para mim, esse entendimento se aplica, sobretudo, ao crime famélico,

aquele em que o indivíduo furta para comer. No entanto, a ocupação de terra improdutivo, como no caso do Movimento dos Sem Terra, também não deve ser considerada crime, já que o trabalhador ocupa um pedaço de chão para poder plantar o que comer, numa cultura praticamente de

subsistência. Eu proponho que esse tema seja estudado inclusive nas faculdades de Direito, porque há juízes sensíveis à realidade, mas a maioria, infelizmente, se apegando apenas à letra da legislação, fechando os olhos para o que está do lado de fora de seu gabinete”, comenta Josefina.

## O QUE MUDA

A legislação é bem clara ao dizer que o ato de subtrair alguma coisa de alguém é considerado furto. O entendimento do STF não muda o mérito dessa questão. O que vai mudar é o caminho natural do furto, no tocante à condenação. Atualmente, quando algo é furtado, a pessoa é presa em flagrante – se encontrada logo após o fato – e o delegado abre um inquérito policial, que é encaminhado ao Fórum. Lá, o Ministério Público faz a denúncia. Segue-se o processo legal e em geral a pessoa é condenada e encaminhada a um presídio, ao lado de assassinos, sequestradores, estupradores e outros criminosos, resultando em uma convivência que não contribui em nada para a recuperação daquele que foi preso.

O que os ministros do STF decidiram é que, quando o furto é de algo de pequeno valor, não é o caso de fazer todo o procedimento. Ou seja, nem precisa haver inquérito ou processo. Não há necessidade de se manter o procedimento padrão porque o bem que foi subtraído tem valor insignificante. O estritamente legal seria realizar o processo todo, mas, no caso de coisas de pequeno valor, é possível adotar uma postura mais liberal. O crime famélico ou de bagatela, em razão do baixo valor e da ausência de repercussão, não justificam a instauração do processo.

Para o vice-presidente da Associação Internacional de Direito Penal, Eugenio Raúl Zaffaroni, a solução punitiva dos conflitos possui um inquestionável efeito negativo, que consiste na exclusão de outras soluções possíveis: “Não raras vezes esse instrumento de controle se mostra ineficaz, já que não devolve ao indivíduo a dignidade.”

Luislinda: “Quem rouba galinhas deve ser alvo de ações educativas”



## “O STF tocou na ferida”

Para a juíza baiana Luislinda Valois, premiada por diversos projetos de inclusão social na esfera do Judiciário, essa decisão do Supremo deve ser vista como a ponta de um iceberg: “É o começo, mas ainda há muita a coisa a ser feita para mudar o cenário de desigualdade social existente no país. Já que as leis são feitas, na maioria das vezes, pelo poder econômico e para beneficiar a elite, cabe ao aplicador da lei – o juiz, o promotor, o delegado – enxergar a realidade e aplicar a lei da melhor forma possível.”

“No entanto, é preciso mudar também a postura do aplicador da lei”, continua a juíza. “A promoção da justiça social não é uma revolução, mas um processo que envolve uma questão cultural. Com esse entendimento o STF toca na ferida. Mas é preciso ir mais longe. Crime grave, que afeta muita gente, o meio ambiente ou teve repercussão deve ser tratado com severidade. Já quem rouba galinhas deve ser alvo de ações educativas, de políticas sociais. Se não houver uma mudança, sempre vai haver desproporcionalidade na Justiça”, comentou.

## Um frango e dois sabonetes

Enquanto haja quem roube milhões, há também quem roube melancias, sabonetes e cascas de árvore. O juiz Rafael Gonçalves, do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, proferiu, em 2006, uma sentença em que mandou soltar dois rapazes que furtaram duas melancias. A juíza baiana Luislinda Valois também garantiu a liberdade de uma jovem acusada de roubar um frango e dois sabonetes de um supermercado. A advogada Josefina Serra foi responsável por um habeas corpus para libertar um homem que furtou a casca de uma árvore.

Em julho de 2000, o lavrador Josias Francisco dos Anjos foi preso em flagrante quando raspava a casca de uma árvore, conhecida como alamesca, para fazer chá para sua mulher, que

sofria de doença de chagas. Josias foi surpreendido por um tiro da polícia florestal, algemado e preso em uma cela com outros cinco detentos, acusados de homicídio e roubo. Segundo o delegado que o prendeu, ele infringiu o artigo 40 da lei (danos diretos ao patrimônio ambiental). "O engraçado é que as grandes madeiras fazem o que querem na Amazônia, mas aquele homem, que não tinha dinheiro para comprar remédio e usava a natureza para tentar curar sua mulher, foi considerado criminoso. Se esse entendimento do STF estivesse em curso na época, ele não teria passado tamanho constrangimento. Ele chorava

e dizia ter vergonha de olhar para sua mulher, por ter sido preso", conta Josefina. O juiz trocou a pena de dois anos pelo plantio de cem mudas da espécie, considerada rara no cerrado.

Esse não é um caso isolado. Para o deputado Luiz Couto, a afronta aos direitos humanos faz parte do cotidiano do sistema prisional brasileiro. "As cadeias estão cheias de quem comete pequenos furtos. Muitos nem chegam a levar objetos para casa e são condenados. Além da humilhação que sofrem em público, muitas vezes no próprio estabelecimento comercial em que cometem o furto, essas pessoas são presas, espancadas, tratadas de forma desumana."

Luislinda concorda: "Ao entrar em uma carceragem, o que se vê é o extrato social de um país miserável. A maioria não merecia ou não deveria estar ali. Quem perde com isso é o Estado e a sociedade. O Estado porque gasta muito dinheiro mantendo uma estrutura absurda. E a sociedade porque recebe diariamente, para reintegração, indivíduos piores do que os que foram presos. Lamentavelmente, o sistema prisional brasileiro é um retrocesso social sem medidas, algo que ousa chamar de indústria da anticonstrução social, ou melhor, de indústria da destruição física e moral."

### DESPERDÍCIO

Criar uma vaga no sistema prisional tem um custo de

**R\$ 22 mil.**

Cada detento custa, por mês, de R\$1.300,00 a R\$ 1.600,00.

O pior é que

**132 mil**

deles (30% do total de presos) deveriam estar fora da cadeia.



Presídio superlotado: para a juíza Luislinda, "indústria da destruição física e moral"

LUÍZ ALVES/SEFOTCO

## Quanto custa um preso

A decisão do STF acena com a possibilidade de desafogar o sistema carcerário, um grave problema brasileiro. Segundo a CPI do Sistema Carcerário da Câmara dos Deputados, que teve seu relatório entregue em 2008, o custo com os presos no Brasil é alto. Um preso custa mensalmente entre R\$1,3 mil e R\$1,6 mil. Para criar uma vaga no sistema prisional é necessário desembolsar cerca de R\$22 mil. Valores muito superiores ao de um salá-



rio mínimo (R\$456), pago a maioria dos trabalhadores brasileiros.

Indignado? Pois bem, imagine que 30% dos cerca de 440 mil detentos deveriam estar fora da cadeia, o que corresponde a 132 mil presos. Multiplique esse total por R\$1,6 mil e o resultado é uma quantia imensa de dinheiro gasta sem necessidade.

Segundo especialistas, penas alternativas são muito mais baratas e eficientes. Outro ponto a favor, conforme comprova-

do nesses casos, é que a reincidência no crime é baixíssima, entre 2% e 5%.

Além do gasto em dinheiro, há o custo do processo, que não é só monetário, mas também de tempo. Enquanto servidores, juízes e membros do MPU se debruçam sobre esses casos, poderiam julgar crimes muito mais graves. No final das contas, o custo social, que implica na morosidade da Justiça, é muito maior do que a punição que a pessoa vai receber.

“A ação do STF tem propósito; no en-

tanto, deveria ser retroativa, para libertar os presos que já deveriam estar há muito tempo fora da cadeia e só não estão porque não têm dinheiro para pagar advogados”, afirma Josefina Serra. “Além de sensibilizar o Judiciário para os crimes ditos insignificantes, há necessidade de fortalecer a defensoria pública. Se no Brasil nem o obrigatório é cumprido, calcule o que não é. Esse entendimento do Supremo é para inglês ver, ou melhor, para brasileiro não ver em prática”, prevê. Vamos esperar.

# Crime e castigo

*Uma decisão recente do Supremo Tribunal Federal, baseada nos princípios da insignificância e da irrelevância penal do fato, reafirmou que furtos de pequeno valor não devem resultar em prisão (veja p. 8 a 13). De acordo com esse entendimento, os "crimes famélicos" ou "de bagatela", como são chamados, não justificam os custos, a demora e as consequências da instauração de um processo e da prisão dos autores, em razão da ausência de repercussão da infração cometida. A revista do Sindjus foi a campo saber o que os servidores pensam sobre isso.*

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO



Não concordo com o teor da matéria. Eu acho que, ao tolerar os pequenos delitos, você pode acabar passando o recado de que vai tolerar também os delitos maiores, não é?

**Pedro Augusto de Carvalho Gontijo,**  
analista do CSJT

Eu acho que, dependendo do caso, tem que se aplicar multa ou serviço à sociedade, como uma lição. Se ficar em aberto, como está no jornal, todo mundo vai achar normal, vai começar a praticar mais furtos. As pessoas não podem se sentir à vontade para cometer esses delitos.

**Vera Lúcia da Rocha Araújo,**  
técnica do CJF

Eu acho compreensível a posição do STF, tendo em vista o número de processos. Mas é necessário fixar esses critérios bastante objetivamente, analisar caso a caso, para que não haja uma banalização desse conceito. Se tirar o nome de crime, as pessoas podem se sentir estimuladas a praticar esses delitos de menor importância.

**Diogo Felipe de Aguiar,**  
analista do CSJT

Acho um absurdo quando os crimes pequenos não são julgados. Eles passam, às vezes, mais de um ano presos, enquanto os tribunais estão cheios de processos de maior periculosidade. Concordo plenamente com os ministros, porque já temos poucos juízes e poucos servidores.

**Cleide Lúcia Souza Lima,**  
técnica judiciária do CJF



Os furtos de pequeno valor são crime, mas o STF aplicou o princípio da insignificância em relação à quantidade de crimes mais sérios com que o Judiciário tem que lidar, até levando em consideração a situação social da pessoa. Mas acho que isso deve ser analisado caso a caso.

**Anderson Carlos Afonso,**  
técnico do CSJT



Concordo só em parte. Uma pessoa que rouba cosméticos e outras coisas supérfluas deve pagar pelo que fez. Quem rouba bebidas ou cigarros deve ser encaminhado a um psicólogo, pois pode ser um vício. Mas, em caso de roubo de comida, acho correto que se pague com um serviço social.

**Francisco Hélio de Sousa,**  
técnico do CJF



O Supremo está correto, porque cada caso tem que ser avaliado individualmente. Claro que deve-se avaliar o que foi furtado, a idoneidade da pessoa, a reincidência, a situação, a carência. Há casos de furtos maiores em que nada acontece, por se tratar de pessoas que podem pagar bons advogados.

**Maristela Resende Costa,**  
técnica judiciária do TRF



Não acho que um pequeno delito deva ser ignorado. Óbvio que a pessoa não deve ser presa, mas também não pode ficar com a sensação de que aquilo pode ser feito. Já que não é crime, vou entrar no mercado e roubar? Isso não pode, não é?

**Paulo Chaves Pinto,**  
técnico do CJF



Eu concordo com a decisão do STF, no sentido de estar sensível à realidade social. Há pessoas que ficam encarceradas apenas porque cederam ao apelo extremo de uma necessidade material. Acho que a questão deve ser vista a partir desse conceito.

**Monique Ramos de Araújo Coelho Goulart,**  
analista do CSJT



Eu concordo apenas em parte. Acho que cada caso ou delito deve ser analisado dentro das suas circunstâncias: o que levou a pessoa a cometer esse delito, qual o real valor do bem furtado. Ou seja, a necessidade tem que ser tipificada.

**Jonas Lima dos Santos,**  
técnico do CJF



De forma alguma esses casos precisam chegar ao STF. Deveriam ser encerrados na primeira instância, com a devolução do bem roubado ou uma solução mais prática, como uma reprimenda que levasse a pessoa a se corrigir. O STF tem coisas mais importantes a julgar, decisões de abrangência nacional.

**Eliezita Borges Kamemura,**  
técnica do TRF



O STF está correto. Só porque não tem condições financeiras de pagar um advogado, as pessoas que cometem pequenos delitos não devem ficar encarceradas junto com presos perigosos. É correto que elas paguem o que fizeram por meio de serviços sociais, desde que cada caso seja analisado.

**André Fernandes Pelegrini,**  
técnico do TST

*A maior riqueza do homem  
é a sua incompletude.  
Nesse ponto sou abastado.  
Palavras que me aceitam como  
sou – eu não aceito.  
Não agüento ser apenas um  
sujeito que abre  
portas, que puxa válvulas,  
que olha o relógio, que  
compra pão às 6 horas da tarde,  
que vai lá fora,  
que aponta lápis,  
que vê a uva etc. etc.  
Perdoai  
Mas eu preciso ser Outros.  
Eu penso renovar o homem  
usando borboletas.*

*Manoel de Barros*

Do alto dos seus 91 anos, o poeta Manoel de Barros ensina que o ser humano é incompleto, e que isso não é defeito; é qualidade. Assim como ele, muitas outras pessoas precisam ser Outras. E são. Esta coluna publicará mensalmente histórias de gente que concilia o serviço público com as mais diversas atividades. São atletas, chefes de cozinha, professores, pintores, mágicos, mecânicos, músicos... A lista não tem fim.

# A corrente do bem

*José Eurípedes é voluntário na escola onde sua esposa Romilda trabalha. Ela, por sua vez, é voluntária no TJDF, onde ele é técnico judiciário. Movimento já contagia as crianças*



**Romilda, José Eurípedes e sua aluna Ana Júlia: dedicados ao próximo**

“Tive oportunidades e quero passar isso para as crianças. Sou um exemplo de perseverança para elas. Sei que vou partir um dia, por isso quero deixar algo de bom”, diz o técnico judiciário do TJDF, José Eurípedes de Souza. Deficiente auditivo, ele é voluntário há dez anos na Escola Classe 21, em Taguatinga Norte, onde ensina às crianças a Língua Brasileira dos Sinais (Libras).

Para isso José conta com o apoio e a companhia inseparável de sua esposa e tradutora Romilda de Souza. Ela conta: “Trabalho nessa Escola Classe há 26 anos. Comecei a namorar o José pouco tempo depois de chegar aqui, mas já tinha contato com a linguagem de sinais, porque frequentava a Associação dos Surdos de Brasília e tinha feito cursos de especialização. Faço isso por amor.”

O casal fez uma espécie de troca. Romilda é voluntária no TJDF, onde o marido trabalha; ela traduz julgamentos e audiências com réus surdos. Foi ela que estimulou José a desenvolver um projeto social na escola. Ele acompanhou a esposa e se apaixonou pelas crianças na primeira visita, em 1999. Com 300 alunos e 13 deficientes auditivos, a Escola Classe 21 desenvolve projetos de inclusão social desde a década de 80; com poucos recursos, batalha pelas crianças com deficiência auditiva.

“A coordenação motora da minha filha melhorou muito depois que ela começou a frequentar as aulas de inclusão da escola. Ela era muito agitada, nervosa, e não conhecia Libras. Quando cheguei aqui as professoras disseram que ela tinha capacidade de aprender; nem acreditei, mas ela hoje está bem melhor”, relata Rosineide Ferreira de Araújo, mãe de uma aluna deficiente auditiva de sete anos.



FOTOS: ARTHUR MONTEIRO

## Com licença, eu vou à luta

José Eurípedes de Souza nasceu em Paracatu (MG), surdo e numa família humilde. Sua mãe não conhecia a linguagem dos sinais, assim como as professoras da escola que ele frequentava. Isso dificultou muito o aprendizado do menino, que chegou em Brasília em 1966. Aos 14 anos ele decidiu ir à luta: fugia de casa rotineiramente e ia para a 507 sul, ponto de encontro de pessoas com deficiência auditiva. Lá teve o primeiro contato com os sinais: “Foi um grande apoio para mim”, lembra.

Para José, estudar português foi difícil, mas a linguagem de sinais o salvou. “O surdo que aprende Libras se desenvolve socialmente e pode fazer do português uma segunda língua”, explica.

A vida não foi fácil para José Eurípedes. Ele teve que enfrentar as barreiras da surdez e também as dificuldades econômicas. Levado pelo sonho de conhecer o mundo da informática, resolveu dedicar o salário baixo de faxineiro aos estudos. Queria concorrer a uma das vagas oferecidas pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). Depois de um ano estudando, conseguiu ser aprovado no concurso público. Porém, o salário era baixo para quem já tinha esposa e três filhos.

Ele decidiu entrar para o quadro de servidores do Poder Judiciário. “José achava que na Justiça ele seria mais respeitado, e isso é verdade”, conta a esposa Romilda. Depois de outras longas jornadas de estudo e muita dedicação, José Eurípedes conseguiu ser aprovado em concurso do TJDF, onde trabalha há quinze anos. Mas, mesmo “na Justiça”,

ele teve que enfrentar preconceitos.

“No início fiquei revoltado; estava acostumado aos computadores, mas me colocaram para tirar cópias. Era terrível, mas acabei mostrando para o chefe que eu tinha capacidade para a informática. Consegui mudar de setor e hoje estou onde quero”, relata.

O estudo e a persistência são elementos essenciais para José. Ele gostaria de concorrer em mais concursos públicos, mas sua esposa desaconselha: “Agora vamos nos dedicar ao trabalho voluntário.” No entanto, ela o estimula a encarar mais um desafio: candidatar-se à presidência da Associação dos Surdos de Brasília. Segundo José, a Associação precisa ser renovada, e ele quer ajudar a melhorar a vida dos surdos.

Sempre de bom humor e muito sorridente, José conquista a todos. “Acho o trabalho dele fantástico. Ele consegue mostrar às crianças que elas são capazes de alcançar seus objetivos. O que as diferencia de uma criança ouvinte não é a inteligência nem a capacidade, é só a surdez”, avalia a professora bilingue da Escola Classe 21, Rosineide Ferreira de Araújo.

Filha de pais surdos, a aluna Ana Júlia Gomes Batista de Castro, de seis anos, tem contato com a linguagem de sinais desde que nasceu e também contribui para a inclusão social das crianças surdas na escola. Ela é uma espécie de ajudante informal da professora Rosineide. “Sou ótima com Libras, minha mãe me ensinou desde os três anos, por isso sempre ajudo os meus colegas. E adoro as aulas do José Eurípedes”, conta ela.





# O ÓCIO, O NEGÓCIO, O ÓDIO

"realidade mais forte que o sonho", aceitamos a canga e perdemos a ginga. Deixamos a pele sem a reação arrepiada ao toque de prazer para criar casca, couraça e armadura.

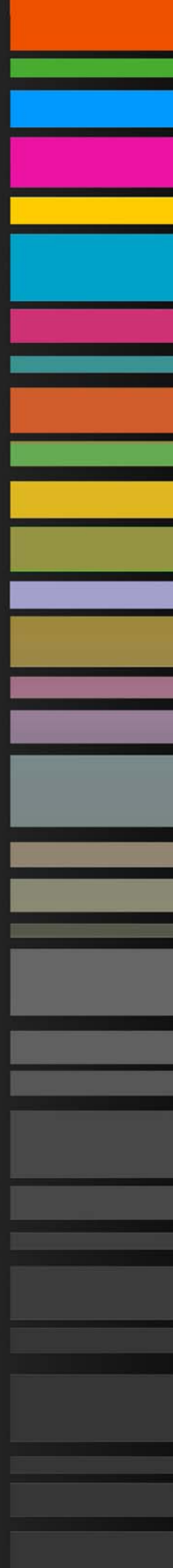
Assim as cidades morrem e viram caricaturas do que deveriam ser, Assim a memória é asfixiada pela velocidade dos "novos resultados" que mascaram a traição em seu componente mais cretino: o cinismo. É assim que deixamos Brasília (não um projeto situado no passado ou bandeira do romantismo socialista) escorrer pela nossa omissão. Ao permitirmos a não existência dos que combatem. Ao omitirmos as vozes dos que ainda resistem. Ao ocultarmos, sob invisibilidade social e intelectual, as manifestações que possam, se não questionar, ao menos lembrar que uma cidade que nasceu com princípios não pode ter fim. Seja crime todo ócio fruto de escravos; o negócio que impeça a pessoa e o ódio que anule nossa luz de criação e luta pela Justiça.

E assim perdemos até a própria dimensão da festa ao aceitar que a memória viva dos trabalhadores candangos entre (quando entra) como penetras no milionário espetáculo de luzes viciadas. Sem a marca da nossa diferença utópica. Sem a distinção da nossa dignidade como povo que se construía enquanto a cidade se fazia. Permitimos que currais eleitorais criem feudos; comunidades manipuladas se submetam a seitas de lavagem da consciência livre; violência seja o fator que nos encurrale — enquanto choramos perdas sem criar bases para mudar a perversa ociosidade da ignorância e do consumo. Pactuamos que alguns "eventos" sejam A Cultura; "reconhecemos" uma elite que nos despreza; concordamos que pessoas virem marcas dos segmentos de mercado ou grife de donos; que instituições virem domínios de dominadores; que paisagens sejam devastadas para cumprir agendas do território comercial e que brasileiros sejam figurantes quando na verdade constituem a razão de ser de estado, autoridade, governo, serviços, lazer, mídia e funções administrativas.

Porém, nada está perdido porque temos tudo a fazer. Nem sempre os ciclos reais da nossa vida coincidem com a data do aniversário. Mesmo porque esta cidade já fez 50 anos em 2007. Foi em 1957 o começo do suor pioneiro a irrigar este chão. Ali a pedra e fundamento da nossa atitude fundamental que jamais deve ser esquecida: nascer de um sonho é bom, mas é um compromisso, fazer da realidade um sonho ainda mais bonito! Feliz aniversário, Brasília. Só o humano legítima o patrimônio da humanidade.

**TT CATALÃO**

micromanifesto para uma cidade capital



*Campanha pede ampliação do número de Conselhos no DF. Eles são a saída para famílias carentes fazerem valer os seus direitos*

# Para ter com quem contar

**Fabiola Góis e Fábio Góis**

A auxiliar de serviços gerais Joana\*, 28 anos, não quer nem pensar em sofrer a dor de ter uma filha vítima de exploração ou abuso sexual. Mãe solteira de Clara, 8 anos, e Víctor, um ano e quatro meses, ela vive numa região com altos índices de criminalidade e de violência sexual. Uma vizinha dela já passou por isso, quando a filha pequena sofreu abusos ao ser deixada na casa de conhecidos da família. Ao saber disso, a mãe justificou na época dizendo que tinha de trabalhar e deixar a menina com alguém. E não denunciou o caso. "Morro de medo que isso aconteça com a minha filha. Por isso, corri atrás do Conselho Tutelar, que me ajudou a ocupar o tempo dela", disse Joana.

A cidade onde moram, na periferia de Brasília, é carente de tudo: falta infraestrutura, oferta de emprego, creches. A demanda é alta demais e o governo não consegue atender a todos. Há um ano, Joana recorreu ao Conselho Tutelar para garantir creche e escola para os dois filhos. Antes disso, a menina ficava sozinha em casa, sob os olhares de vizinhos. O pequeno era deixado com famílias na região, que nem sempre tinham condições de cuidar dele. "Eles fumavam e bebiam enquanto cuidavam do meu filho. Saía para trabalhar angustiada com essa situação", contou.

Recorrer ao Conselho é a saída que milhares de famílias encontram para fazer valer os seus direitos. A procura é enorme. Os governos falham em garantir moradia, educação, saúde e emprego. Os conselheiros tutelares cobram e fiscalizam as autoridades, e se viram como podem para ajudar essas pessoas. O problema é que não há unidades em número suficiente nas cidades.

## O QUE SÃO

Conselhos Tutelares são entidades autônomas financiadas pelo governo para agir em defesa dos direitos da infância. Encaminham crianças, adolescentes e famílias a programas de atendimento ou aos órgãos públicos competentes.

ARTHUR MONTEIRO



Joana recorreu ao Conselho para não deixar a filha sozinha em casa enquanto trabalhava



Reunião no MP: campanha para mudar a lei orgânica do DF

## Luta árdua para sensibilizar o governo

A recomendação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) é clara: deve-se criar um conselho tutelar a cada 200 mil habitantes – ou área de densidade populacional menor, quando o município for organizado por Regiões Administrativas (RAs). Portanto, todas as 29 RAs do Distrito Federal devem ter conselhos tutelares. Mas o governo só instalou dez até agora, e eles funcionam de forma precária.



Policarpo: “O Sindjus não poderia ficar de fora dessa iniciativa”

Representantes da sociedade civil, Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT) e conselheiros tutelares se mobilizam para garantir esses direitos, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No dia 21 de abril, aniversário de Brasília, foi lançada uma campanha por mais conselhos, recolhendo assinaturas para uma emenda de iniciativa popular à Lei Orgânica do DF. A proposta é alterar o funciona-

mento dos conselhos tutelares do DF e criar mais 27 unidades. Pretende-se, entre outras mudanças, ampliar o funcionamento para 24 horas por dia, inclusive aos finais de semana.

O Sindjus participou da articulação da campanha e de seu encaminhamento. “Somos sensíveis às questões que envolvem crianças e adolescentes e não poderíamos ficar de fora dessa iniciativa. Estamos unidos com os promotores do Ministério Público e os Conselhos Tutelares para fortalecer a fiscalização e garantir os direitos da infância”, afirmou o coordenador-geral do Sindicato, Roberto Policarpo.

A luta tem sido árdua. Desde o governo anterior busca-se sensibilizar os governantes para priorizar a causa da criança e do adolescente no DF. As conversas resultaram na elaboração de uma minuta de projeto de lei apresentada ao Executivo em uma audiência pública no MPDFT, no final do ano passado. Mas a proposta não avançou.

Diante da demora em apresentar esse projeto de lei, promotores de justiça da Defesa da Infância e da Juventude do DF ajuizaram uma ação civil pública para que o juiz da 1ª Vara da Infância e da Juven-

tude determine a criação de novos conselhos tutelares no DF. O juiz despachou determinando que o DF se manifestasse. Segundo informação da Secretaria da Vara, a Procuradoria do DF extrapolou todos os prazos; por isso, tiveram que solicitar ao procurador a devolução dos autos, a pedido dos promotores, no dia 3 de março deste ano.

O promotor Oto de Quadros informou que desde o dia 16 de março o processo estava com o juiz para decisão sobre o pedido de antecipação da tutela jurisdicional, com o objetivo de incluir os novos conselhos tutelares já neste processo de escolha, a ser realizado em 13 de setembro. Em razão da demora do GDF, começou a mobilização para apresentar a proposta diretamente à Câmara Legislativa, mediante a coleta de 20 mil assinaturas durante os próximos três meses.

No dia 17 de abril a 1ª Vara da Infância e da Juventude determinou ao GDF a obrigação de implementar mais 23 conselhos. Mesmo assim, a campanha continua. “Embora legítima a nossa luta, essa decisão não assegura a instalação dos conselhos”, lembra Roberto Policarpo. “Só uma ampla mobilização pode garantir esse direito”, completa.

# Crianças não são prioridade

O orçamento para os conselhos tutelares é um drama à parte. O promotor Oto de Quadros afirma que, apesar do empenho do chefe da Coordenação dos Conselhos Tutelares da Secretaria de Justiça e Cidadania do GDF, Maurício Albernaz, o órgão não tem sido eficiente para suprir as necessidades dos conselhos existentes.

Dados citados por Oto de Quadros mostram que, em 2007, primeiro ano do governo atual, dos R\$ 212,2 mil previstos para manutenção e funcionamento dos conselhos tutelares, somente R\$ 11,2 mil foram executados, ou seja, 5% da previsão inicial, considerada muito pequena em relação às demandas dos conselhos. “Em contrapartida, as despesas com publicidade e propaganda do GDF, em 2007, alcançaram o montante de R\$ 116 milhões, conforme verificou o Tribunal de Contas do DF (TCDF) ao examinar as contas de 2007 do governador José Roberto Arruda”, criticou o promotor.

Oto de Quadros destaca que, em 2008, a previsão orçamentária foi maior, chegando a R\$ 707,3 mil, dos quais apenas R\$ 8,1 mil restaram efetivamente pagos, ou seja, 1,16% do valor inicialmente previsto. Segundo o promotor, para despesas com publicidade e propaganda do Poder Executivo estavam previstos inicialmente R\$ 70,6 milhões, mas o governo gastou R\$ 86,3 milhões. “Em 2009, nenhum centavo da previsão orçamentária para os conselhos tutelares foi executado. Esse governo não prioriza as crianças e os adolescentes”, reclamou o promotor.

Para Oto de Quadros, o GDF “descumpre acintosamente a Constituição Federal e a Lei Orgânica do DF – que determinam o dever do Estado de garantir com absoluta prioridade os direitos das crianças e adolescentes – e nega vigência ao Estatuto da Criança e do Adolescente, que afirma que a prioridade absoluta implica, entre outras medidas, ‘destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude’.”

O Ministério Público espera, este ano, que parte da verba de publicidade e propaganda prevista para 2009 seja utilizada para a divulga-

ção do processo de escolha dos conselheiros tutelares. O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal (CDCA), responsável pela realização do pleito, abrirá as inscrições para eleição dos conselheiros tutelares nos dias 13 a 18 de abril. Serão 50 vagas distribuídas em Brasília, Brazlândia, Ceilândia, Gama, Paranoá, Planaltina, Samambaia, Santa Maria, Sobradinho e Taguatinga.

A cada três anos, os conselheiros de cada região são escolhidos por meio de eleições populares. As regras para a escolha dos novos representantes fo-

ram publicadas na edição do dia 20 de março do Diário Oficial do DF. “Esperamos, também, que o Tribunal Regional Eleitoral do DF pelo menos empreste as urnas eletrônicas e os técnicos para que tenhamos eleições limpas. O voto para conselheiro tutelar não é menos importante do que o voto dado a outros cargos políticos. Pelo contrário, em razão da prioridade absoluta”, destacou Oto de Quadros.

## DISTORÇÃO

Da verba de R\$ 212,2 mil prevista para os conselhos tutelares em 2007, apenas

# 5%

foi executada. No mesmo período, a despesa do GDF com publicidade foi de R\$

# 116 milhões

Oto de Quadros:  
“GDF descumpre  
a Constituição”

## Pouca oferta, muita demanda

Os conselheiros tutelares estão na expectativa quanto à proposta de emenda à Lei Orgânica. O conselheiro Rafael Madeira da Veiga, integrante da diretoria da Associação dos Conselheiros Tutelares do DF, lembra que os conselhos atendem inúmeras demandas que os governos não conseguem atender, além de fiscalizar a atuação do Executivo. São crianças e adolescentes vítimas de violência, exploração sexual e vários tipos de agressões.

O coordenador Maurício Albernaz admite que o número de unidades hoje existentes não consegue atender a demanda. Mas descarta, por enquanto, a possibilidade de ampliação do número de conselhos tutelares. “O GDF anunciou corte de gastos. Infelizmente não temos como criar novas unidades no momento”, afirmou.



ARTHUR MONTEIRO

## Situação precária

O Conselho Tutelar do Paranoá é um exemplo de precariedade. O atendimento começou em um balcão, em um prédio ao lado da Administração Regional, que escondia um cômodo com apenas uma mesa de reunião ao centro. Ali eram feitos os cerca de vinte atendimentos diários à população. Depois a administração cedeu um “novo” espaço, com quatro pequenas salas, banheiros e copa; ao todo, são cerca

de 50 m<sup>2</sup>. As paredes são de madeira e a mobília modesta fica sobre um piso de cimento queimado. Em suma: são flagrantes as péssimas instalações de uma das mais nobres instituições de proteção à criança e ao adolescente.

A reportagem do Sindjus visitou o Conselho na primeira

semana de abril e constatou inúmeros exemplos da precariedade. Quando chove, o local fica alagado. O banheiro masculino já teve o chão destruído pela raiz de uma árvore ao lado. O armário-arquivo está amparado por um pedaço de madeira, sem o qual desabaria. Fios de alta tensão brotam do teto, tendo alguns deles passado por superaquecimento e causado um princípio de incêndio, como conta a coordenadora do Conselho Tutelar do Paranoá, Ivonete dos Santos Barbosa.

Mesmo com essa frágil estrutura, o Conselho realizou, só no ano passado, 5.116 atendimentos e aplicou 1.917 medidas de proteção ao menor carente. E isso com recursos mínimos do GDF, que se limitaram a um carro emprestado e ao pagamento das contas de luz, água e telefone. Nenhum centavo foi cedido para desenvolver projetos ou atividades sociais.

Durante as cerca de duas horas em que a equipe de reportagem permaneceu no Conselho, alguns atendimentos foram encaminhados. Um deles impressionou pela serenidade e relação de confiança entre a doméstica Maria do Socorro Ribeiro da Sil-

va, 34 anos, e a atendente Ivonete, que não hesitou em interromper a entrevista. A conversa entre as duas se assemelhava a uma consulta psicológica.

“Tenho um filho de 13 anos que está numa fase difícil, não quer estudar, está dando trabalho na escola”, disse Maria, separada há sete anos do marido. Enquanto a mulher falava, Ivonete escutava pacientemente, interrompendo o relato só para dar conselhos e passar as orientações técnicas – além de um formulário preenchido à mão, da maneira mais prosaica. “Ele (o garoto) me enlouquece”, desabafou a doméstica, cujo filho, temendo ser preso (mito que a atual gestão do conselho combate), esperava do lado de fora.

Ivonete confirmou que neste ano, “nenhum tostão” foi repassado ao conselho. “A gente lida com um prédio precário. Não é nem um prédio, não é? É o aproveitamento de um outro serviço”, indagou Ivonete, entre o constrangimento e a resignação. Para ela, a “desestrutura” é herança repassada de um governo para o outro.

Os principais casos atendidos pelo Conselho são relativos aos mais diversos tipos de maus tratos a crianças e adolescentes, assim como infrações cometidas pelos próprios: abuso sexual, negligência, violências física e psicológica, uso de drogas, fugas de casa, evasão e conflitos escolares etc.

O Conselho Tutelar do Paranoá atende cerca de 360 mil pessoas e abrange quatro comunidades: a cidade do Paranoá, sua zona rural, Itapoã e São Sebastião.

### PROTEÇÃO

Mesmo sem dinheiro e com estrutura precária, o Conselho Tutelar do Paranoá fez

# 5.116

atendimentos em 2008 e

# 1.917

medidas de proteção a crianças e adolescentes carentes.



Conselho Tutelar do Paranoá: cerca de 20 atendimentos diários. Ivonete (abaixo, esq.): nenhum tostão em 2009. Consuelo (dir.): desrespeito



PATRICK GROSNER



ARTHUR MONTEIRO



PATRICK GROSNER

## Cinco conselheiros para 700 mil pessoas

Pior que a demanda do Paranoá, porém, é a do Conselho Tutelar de Brasília. O órgão é responsável pelo atendimento de quase metade do Distrito Federal. São 13 Regiões Administrativas sob os cuidados de apenas cinco conselheiros tutelares, para atender cerca de 700 mil pessoas. “Cada atendimento é um diagnóstico de como estão falhas as políticas públicas voltadas para a criança e o adolescente. O pior é que, para os governos, é favo-

rável precarizar os conselhos, porque são eles que fiscalizam as ações governamentais”, afirmou o conselheiro Rafael Madeira.

A servidora do MPDFT Consuelo Vidal de Oliveira Feijó, autora de uma detalhada análise acerca da infraestrutura dos conselhos tutelares do DF desde 2004, cita que os flagrantes de desrespeito só têm se agravado nos últimos anos, com o crescimento populacional. Os recursos materiais são insuficientes,

faltam veículos, existem poucos equipamentos de informática e material de expediente fornecido pelo GDF.

“Houve avanços quanto ao fornecimento de material de expediente e de informática disponibilizado pelo GDF entre 2004 e 2008, mas falta capacitação continuada para os conselheiros”, concluiu Consuelo. Segundo ela, o serviço de apoio administrativo destinado aos conselhos também precisa de melhorias, como capacitação de pessoal.

# O fim da papelada

*Digitalização de processos no STJ e no TST marca o início da implantação do processo judicial eletrônico*

## Thais Assunção

Vinte milhões de reais por ano: este é o valor gasto pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) apenas para o transporte de processos. Se todos os processos atualmente em tramitação no STJ fossem empilhados, formariam uma pilha de papel com doze quilômetros de altura, equivalente a um prédio de quatro mil andares.

### TORRE DE PAPEL

Todos os dias, cerca de

**1.000**

processos chegam ao STJ. Se todos os que tramitam atualmente fossem empilhados, formariam uma pilha com

**12 km**

de altura, equivalente a um prédio de quatro mil andares.

Em 1995, na época em que foi inaugurada a nova sede do STJ, chegavam ao Tribunal aproximadamente 260 processos por dia. Hoje, catorze anos depois, essa quantidade aumentou 330%: são quase mil processos dando entrada todos os dias. A digitalização desse material é não só necessária como também urgente, como percebeu o ministro presidente Cesar Asfor Rocha, quando, em novembro de 2008, viu que na enorme sede do STJ já começava a

faltar espaço para guardar os processos que chegavam de todos os estados.

No início de 2009 os agravos que chegaram ao STJ começaram a ser digitalizados. A meta é digitalizar todos os processos judiciais e administrativos em tramitação até 31 de julho deste ano. Ao todo serão convertidos 450 mil processos com aproximadamente 150 milhões de páginas de papel. "Já temos 40 mil processos digitalizados, desde janeiro até hoje", conta a assessora da Presidência do STJ, Janaína Cavalcante de Andrade. "Estamos com dois ou três dias de diferença, apenas. A informatização tem muitas vantagens, inclusive a de tornar o processo mais seguro, além de liberar um espaço físico enorme", afirma ela.

Outra vantagem é a agilização dos trâmites, como avalia o juiz auxiliar da Presidência do STJ, Murilo Kieling: "No território do processo propriamente dito, nós passaremos a trabalhar com uma justiça full time, ininterrupta, porque será possível a portabilidade compartilhada de um processo. O ministro, o Procurador da República, o advogado, enfim, os personagens principais do processo poderão acessá-lo, ao mesmo tempo. E essa portabilidade existirá em qualquer local do país ou do planeta, veja que coisa extraordinária." Para Kieling, o novo sistema derrubará entraves de tempo e de espaço: "O cidadão estará dentro do STJ em qualquer local do mundo, porque o Tribunal estará on line."







## A digitalização passo a passo

"A digitalização é apenas o primeiro passo da virtualização do processo", explica Janaína Cavalcante. "Há várias outras etapas: o processo é escaneado, passa pela validação, onde verificamos se tudo que havia no papel está no documento eletrônico, e por último fazemos a indexação, onde são colocados índices para os pontos considerados mais importantes."

Quando o processo chega ao STJ, vai para o setor de registros; depois segue para a higienização, onde são retirados todos os grampos, para que os papéis possam ser escaneados; em seguida vem o escaneamento, a validação e a indexação. "Após a indexação, o processo volta à origem e começa a tramitar no STJ de maneira virtual: ele é atuado, classificado e distribuído eletronicamente aos relatores", explica o coordenador de Registro e Análise de Processos, Francisco Lima Coutinho.

Hoje cerca de 300 servidores estão envolvidos no processo de digitalização, entre estagiários e terceirizados, como relata a analista judiciária Gláucia Tabetes Tourino: "Trabalho no STJ desde 1991 e estou atuando no processo de digitalização desde o início. Sou assessora da Presidência e estou dando orientações aos novos servidores e estagiários que vieram trabalhar nesse setor. Vejo todos os servidores muito animados em participar dessa nova fase do STJ", avalia ela.

Coutinho: distribuição eletrônica substituiu os velhos carrinhos



FOTOS: ARTHUR MONTEIRO

# Mais economia, mais rapidez, menos lixo

No Tribunal Superior do Trabalho, mais de mil processos são digitalizados por dia desde o início do ano. O programa começou em janeiro, quando 180 servidores recém-nomeados foram lotados na seção de digitalização. Foram três meses de trabalho intenso e estimulante, segundo a analista judiciária Carolina Dias de Almeida Prado Tocalino: "Tivemos a oportunidade de iniciar esse processo e também de fazer alguns ajustes no decorrer do trabalho", conta.

"Todos os servidores nomeados em janeiro ficaram encarregados do mesmo projeto. Foi ótimo, porque conhecemos vários tipos de documentos ju-

diciais; além disso, participamos de uma inovação histórica para o Tribunal", relata o técnico judiciário João Luis Carvalho Nogueira.

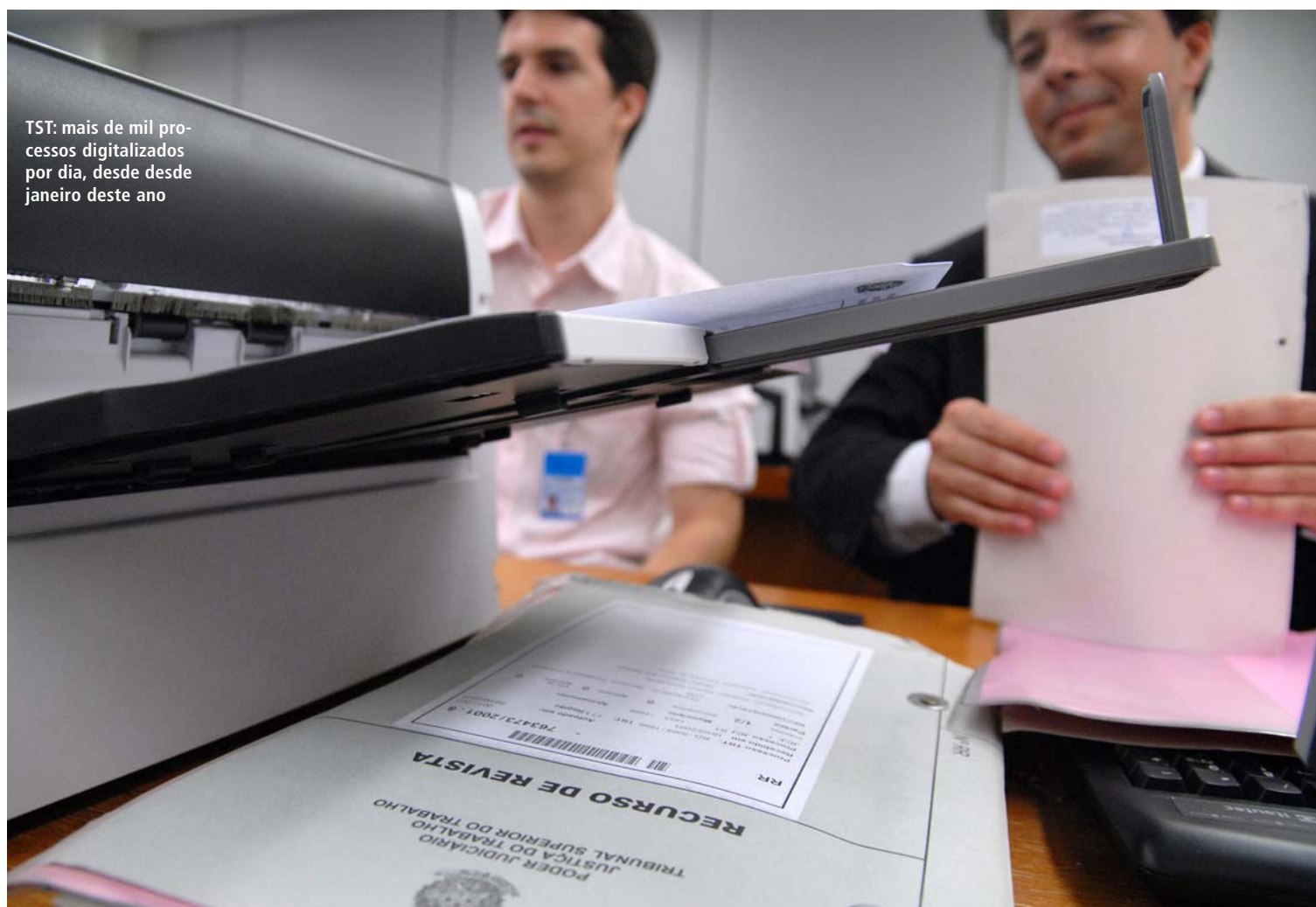
Seu colega Francisco Rogério da Silva concorda: "É muito bom participar de um trabalho pioneiro e ajudar a criar um sistema eficaz, que vai contribuir para agilidade e a economia."

"Nós vamos diminuir o volume de lixo", diz o técnico judiciário José Carlos da Silva Lima. "O custo será bem menor e poderemos mandar pela internet; com um clique ele já está aqui."

A informatização de procedimentos chegou ao TST em março de 2008, mas apenas na área administrativa,

onde trouxe maior rapidez aos trâmites e uma considerável redução de custos. Porém, a digitalização dos processos iniciada em janeiro deste ano é o marco da efetiva implantação do processo judicial eletrônico.

Em dezembro de 2008, a Presidência do Tribunal assinou os primeiros agravos de instrumento totalmente informatizados. O TST determinou aos 24 Tribunais Regionais do Trabalho que enviem processos digitalizados, para permitir a tramitação eletrônica das peças jurídicas por meio do sistema de e-recursos. Os tribunais têm até o dia 1º de agosto de 2009 para se adequar às novas regras.



TST: mais de mil processos digitalizados por dia, desde janeiro deste ano



Nonita e sua equipe: inovações históricas para o Tribunal

## Novas ferramentas

Para o secretário-geral da Presidência do TST, Alexandre de Jesus Machado, a digitalização é um marco da modernidade no Tribunal, que está testando e aprimorando o projeto para atender às necessidades dos servidores e cidadãos. "A tecnologia fornece muito mais ferramentas, sem custo algum para o Tribunal, além de facilitar o trabalho dos servidores. Com o processo digitalizado podemos criar marcadores e índices, além de usar inúmeras possibilidades de manuseio que não existem no processo físico", avalia ele.

"Hoje ainda temos um sistema com processos físicos que remonta a 1946. Nesse intervalo de tempo, a quantidade subiu de três mil processos anuais para algo em torno de 180 mil a 200 mil por ano", calcula Alexandre de Jesus. "Temos várias ferramentas tecnológicas que ajudam na produtividade e na eficiência, mas, mesmo assim, a atual quantidade de papéis faz com

que a digitalização dos processos se torne indispensável", afirma ele.

O secretário-geral explica que o valor gasto com o deslocamento e a separação dos processos era enorme. "Se esse dinheiro for investido em tecnologia, claro que o resultado será melhor. O investimento na implantação do processo judicial eletrônico é extremamente importante, já que, na medida que os processos forem virtualizados, a economia e os resultados serão sempre melhores", ressalta.

"A digitalização dos processos permitirá aos magistrados, aos advogados e às partes processuais a consulta, a qualquer tempo, via internet, de todas as folhas digitalizadas dos processos judiciais", afirma Nonita Aparecida Leite, analista judiciária do TST. "Além disso, há uma grande economia de tempo no deslocamento dos processos entre os tribunais regionais e o Tribunal Superior", calcula, lem-



Alexandre de Jesus: investimentos em tecnologia

brando ainda que milhões de reais são gastos com o transporte via correio. "Todos os investimentos na compra de equipamentos e treinamento de servidores vão refletir imediatamente na agilidade da prestação jurisdicional", avalia Nonita.



No alto, *Ritmo e acoplamento*, de Mário Cravo Jr., na SCLN 107; acima, *Forma espacial no plano*, de Enio Iommi

Da esquerda para a direita, *O jardineiro*, de Amâncio Vasconcelos, no Parque da Cidade; *Monumento ao índio Galdino*, de Siron Franco, na 703/704 sul; *Sereia*, réplica de uma escultura dinamarquesa, no Ministério da Marinha; e *Era espacial*, de Alexandre Wakenwith, na Torre de TV.

# O parque das esculturas

Os períodos mais ricos da história da escultura no Brasil são o barroco dos séculos XVII e XVIII, quando havia um estilo geral unificado, e o modernismo do século XX, onde predominou a diversidade. A maior expressão do barroco no país são as obras de Aleijadinho, nossa estrela maior, tido como o primeiro escultor brasileiro a produzir um trabalho que realmente se destacou pela qualidade e originalidade. E a maior expressão do modernismo nacional é Brasília – não foi à toa que a Unesco tombou a cidade como patrimônio cultural da humanidade.

O modernismo brasileiro nasceu na Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo, com uma proposta libertária e ousada. Ele abriu um amplo leque de novas possibilidades em termos de forma, técnica, temática e expressividade. Sua vertente mais radical recebeu influência do surrealismo, do cubismo e do expres-

sionismo europeu.

A maioria das esculturas nas ruas de Brasília é fruto da escola modernista; muitas delas são abstracionistas, em suas vertentes geométricas ou informais. A construção da capital, com seu ambicioso projeto arquitetônico e urbanístico, abriu mercado para uma escultura monumental, coroando a renovação da arquitetura que começou no Estado Novo e se espalhou pelos grandes centros urbanos.

Ciente de que a cidade precisava de obras consistentes com sua proposta inovadora, Niemeyer convocou os grandes nomes da escultura brasileira a instalar suas obras nas ruas de Brasília. A nós, moradores, ficou a doce tarefa de visitar esse parque de esculturas com os olhos bem abertos para conhecer Alfredo Ceschiatti, Bruno Giorgi, Athos Bulcão, Franz Weissmann, Victor Brecheret, Marianne Peretti, Mário Cravo Jr. e tantos outros.



FOTOS: ARTHUR MONTEIRO





*Peixe Vivo, de Marcos França, é uma espécie de catavento gigante; fica no Lago Sul, na altura da QI 11.*

# Dá saúde e faz

*A arte forma cidadãos conscientes. Por isso o Sindjus lança programa de incentivo com a participação dos servidores*

# crescer

**B**om, bonito e barato. Sem contraindicações. Dá saúde e faz crescer. E não dói! Assim é o programa Viver Cultura, criado em parceria pelo Sindjus e o produtor cultural e mímico Miquéias Paz. A idéia é promover a convivência dos servidores com várias formas de arte, permitindo que vivam experiências modificadoras e que incluam a cultura no seu dia a dia. Além disso, eles se tornam co-autores do programa ao financiar projetos artísticos, com dedução dos valores no Imposto de Renda.

“A cultura é parte essencial da sociedade e investir em projetos culturais é vital para a formação de cidadãos conscientes”, afirma o coordenador geral do Sindjus, Roberto Policarpo. “O Sindicato sempre apoiou a cultura de Brasília. Agora, porém, está assumindo um papel de protagonista nesse processo, mobilizando os ser-

vidores para que participem do programa”, acrescenta.

O programa Viver Cultura se inspira em vários outros projetos que estimulam o apoio à arte com a contrapartida da dedução do Imposto de Renda (veja box na página 31), como permite a Lei Rouanet. “Grandes empresas desenvolvem essa idéia. Vamos seguir esse exemplo e aproveitar toda a experiência positiva deles”, complementa Roberto Policarpo.

A Lei Rouanet, até recentemente, vinha sendo utilizada basicamente por empresas, ou seja, por pessoas jurídicas. O Viver Cultura insere-se na mudança de foco na aplicação da lei, reformatada para agregar doações de pessoas físicas. Ao investir em um projeto cultural, o servidor passa à categoria de participante do programa. Com essa adesão ele receberá o cartão magnético Viver Cultura, que será

seu instrumento de identificação para ter acesso às vantagens reservadas aos participantes.

“O servidor associado ao Viver Cultura será um parceiro e um co-proprietário da ideia; por isso, terá bons descontos na aquisição de ingressos e, em alguns eventos, até gratuidade”, afirma Miquéias.

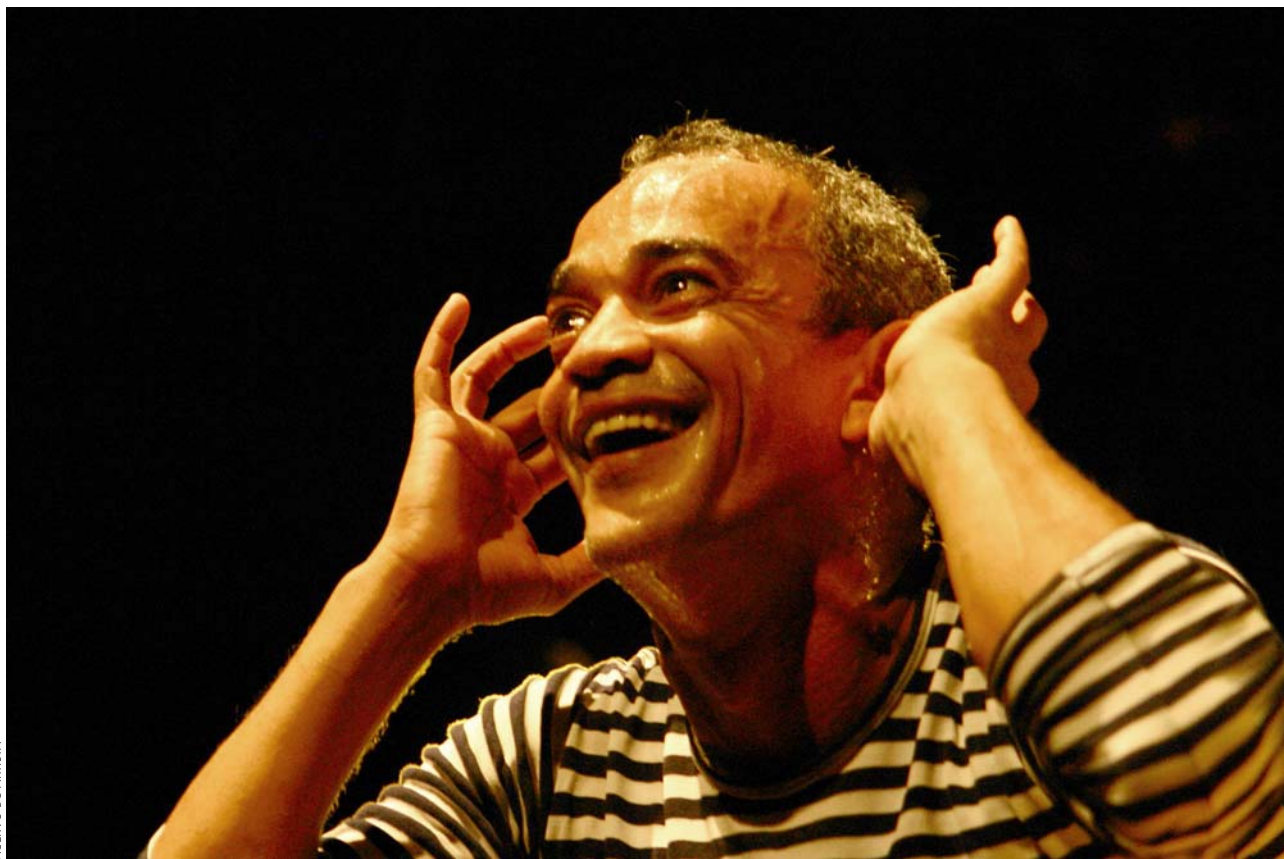
“Não se trata de uma ideia nova; ela já acontece em várias instituições, não é um experimento, nada que se vá fazer pela primeira vez”, explica ele. “A Caixa Econômica já desenvolve o *Eu faço cultura*; os funcionários do banco aderiram e geram, hoje, três milhões de reais por ano. O número de participantes na Caixa Econômica ainda não chegou nem à metade do total de funcionários, mas mesmo assim o programa já gera um montante significativo”, afirma Miquéias.

“O Sindjus apoiará os servidores que aderirem ao programa, financiando o percentual investido ao adiantar a parcela devida”, explica Roberto Policarpo. “Temos certeza de que vamos contar com um amplo apoio dos servidores; as vantagens são inúmeras e todos só têm a ganhar.”

Investir em cultura e deduzir os gastos do Imposto de Renda é tão simples quanto deduzir despesas médicas. Basta utilizar o modelo completo da declaração de IR e definir o projeto que deseja apoiar, entre aqueles habilitados pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). O

## COMO FUNCIONA

- O objetivo do Programa Viver Cultura é apoiar a cultura brasileira com a participação dos servidores do Judiciário e do MPU. A ideia é simples: nos moldes da Lei Rouanet, o dinheiro que o servidor destinar a projetos culturais será deduzido do seu Imposto de Renda.
- Todos os projetos do Viver Cultura serão realizados em Brasília. Serão convidados grandes nomes da música popular e erudita, teatro, cinema, literatura, artes plásticas e ações multimídia.
- A adesão dos servidores é a base do programa. Quem contribuir terá uma série de benefícios. Além da dedução do Imposto de Renda, terá direito a descontos especiais ou até gratuidade nos eventos.



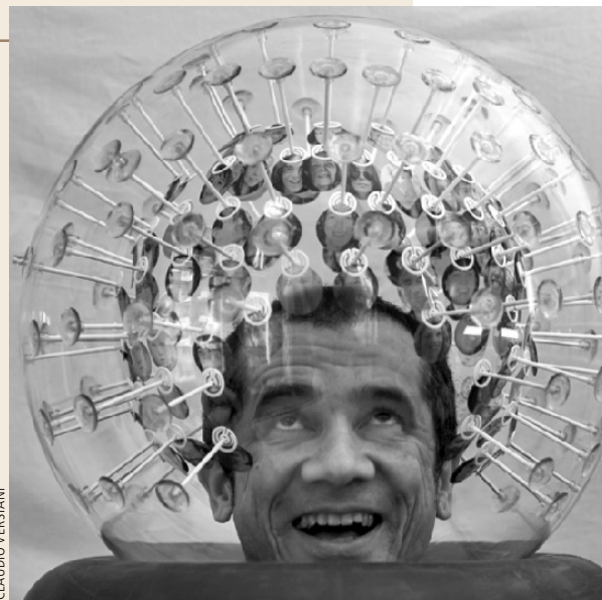
contribuinte pode abater até 6% do imposto devido ou a restituir, em alíquotas de 80% a 100%, conforme o segmento cultural apoiado.

“A cultura é um instrumento de justiça. No momento em que você distribui conhecimento, também distribui justiça, porque faz circular estímulos, ideias e informações”, comenta Miquéias Paz.

A estrutura do programa Viver Cultura é formada por diferentes projetos em várias áreas, como cinema, teatro, música instrumental e música popular. O primeiro a ser implementado será o projeto Viver Música: MPB em Concerto, com grandes shows de artistas de nome nacional, acompanhados por orquestra – “uma orquestra de sanfona com sanfoneiros do Distrito Federal, ressalva Miquéias. “Queremos unir o erudito e o popular, para levar uma cultura diversificada ao público”, explica.

## Sucesso

A Caixa Econômica Federal desenvolve o projeto *Eu Faço Cultura*, sucesso entre os funcionários em vários estados brasileiros. O *Eu Faço Cultura* promove a realização de semanas culturais em diversas cidades brasileiras. A fonte inicial de recursos é o Movimento Cultural do Pessoal da Caixa Econômica Federal, que incentiva a destinação de parte do Imposto de Renda devido de pessoas físicas a projetos culturais, com base na Lei Rouanet. O grupo conseguiu quase dez mil adesões. Para que se tenha uma dimensão disso, a quantidade média anual de incentivadores individuais que destinam parte de seu IR devido a projetos culturais praticamente quadruplicou por conta do Movimento Cultural do Pessoal da Caixa.

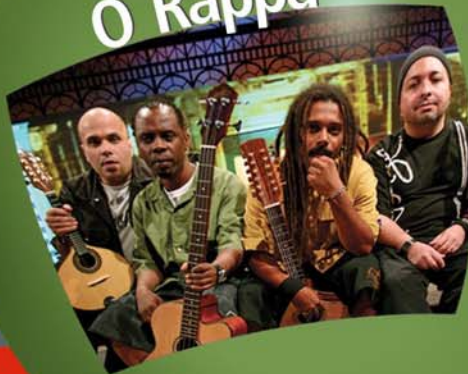


CLAUDIO VERSIANI

*A linha e o sujeito*, exposição do artista plástico e designer gráfico Chico Amaral, foi um dos projetos financiados pela CEF. A mostra reúne peças de arte contemporânea do autor a um recorte do acervo da Caixa, num diálogo montado pelo próprio artista.

# A FESTA É SUA!

O Rappa



Sertanejos



Jantar  
Dançante



SINDJUS  
19 anos

Show Gospel



**O RAPPA**

23/05

Pavilhão do Parque, 22h

**JANTAR DANÇANTE**

com música ao vivo

Clube do Exército, 21h

Data a confirmar

**SERTANEJOS:** Pedro Paulo e Mateus

Nechivile / Rômulo e Rogério

29/05

Hípica de Brasília, 22h

**SHOW GOSPEL**

com Ministério André Valadão

Clube do Exército, 18h

Data a confirmar